



PODER

Cadeia mantida reforça caminho da delação

Segunda Turma do STF respalda prisão do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, e defesa solicitará, a qualquer momento, a transferência dele à Superintendência da PF para acordo de colaboração premiada. Advogado do Master também seguirá detido

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES

Ed Alves/CB/DA Press



O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa trocou de advogados e está em tratativas para firmar um acordo de delação premiada

Em julgamento virtual, encerrado ontem, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a prisão de Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília (BRB). Ele está detido no Complexo Penitenciário da Papuda por determinação do relator do caso, ministro André Mendonça. Também continuará na cadeia o advogado Daniel Monteiro, outro investigado no esquema envolvendo o Banco Master.

Além do voto de Mendonça, Luiz Fux, Kassio Nunes Marques e Gilmar Mendes decidiram manter Costa preso. O ministro Dias Toffoli, outro integrante da Segunda Turma, declarou-se impedido de votar no caso. O magistrado era o relator do processo, que apura as fraudes do Master e as relações com o BRB e políticos envolvidos em um suposto esquema de lavagem de dinheiro e outros crimes. No entanto, ele deixou o caso após a empresa da qual ele é sócio ser apontada como o destino de pagamentos efetuados pelo Master, banco de Daniel Vorcaro.

Paulo Henrique Costa está em tratativas para firmar um acordo de delação premiada e poderá ser transferido para a Superintendência da PF, também em Brasília, caso as autoridades entendam ser preciso. A defesa informou ao **Correio** que iria aguardar o resultado do julgamento sobre a prisão preventiva, tendo em vista a necessidade de saber a situação do cliente para solicitar ou não a mudança do local de cumprimento da detenção. Com a decisão da Segunda Turma, esse pedido pode ser feito a qualquer momento.

O objetivo é facilitar caminhos para que o cliente firme um acordo de delação premiada com os

investigadores. Os advogados vão sustentar que a Papuda está sob responsabilidade do Governo do Distrito Federal, e, até algumas semanas atrás, o Executivo local era comandado por Ibaneis Rocha, que pode ser um dos políticos citados na delação. A presença na unidade da PF ainda facilita contato com os delegados, além de apresentação de provas e esclarecimento de qualquer dúvida que possa surgir durante o processo de investigação.

Decano do STF, o ministro Gilmar Mendes fechou a votação ontem à noite. Ao defender, também, a manutenção da prisão

preventiva de Costa, citou indícios de recebimento de vantagens indevidas em troca de favorecimento ao Master. E destacou o risco à instrução do processo caso o investigado fosse solto.

No entanto, Gilmar abriu divergência ao tratar de Monteiro. O ministro considerou não haver, até o momento, elementos suficientes para equiparar sua conduta à dos principais alvos da investigação. Por isso, defendeu a substituição da prisão preventiva por domiciliar, com medidas cautelares.

Gilmar ressaltou, ainda, o princípio da proporcionalidade e a

necessidade de uma análise mais aprofundada, já que o caso está em fase preliminar e pode sofrer revisões com o avanço das apurações.

Esquema

A Operação Compliance Zero apontou a existência de um esquema estruturado para viabilizar a cessão de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito fictícias do Master ao BRB. De acordo com as investigações da Polícia Federal, o sistema consistia em uma verdadeira "linha de produção" de ativos sem lastro, em que os documentos eram produzidos em larga escala, com o uso

de planilhas, contratos antedatados e procurações assinadas por funcionários do banco em vez dos supostos tomadores de crédito.

Apesar de alertas internos emitidos por pareceres jurídicos e pela Diretoria de Riscos desde abril de 2025, Costa teria acelerado as aquisições desses ativos para garantir liquidez ao Master, ignorando os controles prudenciais da instituição pública que presidia, de acordo com as apurações.

Em contrapartida ao favorecimento institucional, as investigações detalham um ajuste de propina estimado em R\$ 146,5 milhões destinados ao ex-presidente



Há um conjunto indiciário relevante a indicar que Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (...) potencialmente favoreceu o Banco Master em troca de vantagens oferecidas por Daniel Bueno Vorcaro, e que a sua permanência em liberdade, ao menos por ora, poderia representar possível fonte de embaraços ao aprofundamento das investigações"

Gilmar Mendes, decano do STF

Núcleo 2 da trama golpista começa a cumprir pena

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), encerrou, ontem, a execução definitiva das penas dos condenados pela trama golpista ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

As prisões foram completadas após o ministro determinar a execução das condenações dos cinco sentenciados do Núcleo 2, o último grupo que estava pendente. Os réus que pertencem aos núcleos 1, 3 e 4 já tiveram as prisões determinadas.

A decisão foi proferida após o ministro reconhecer o trânsito em julgado das condenações, ou seja, o fim da possibilidade de apresentação de recursos. Com a decisão, os condenados, que já estavam em detenção, passarão à condição de presos definitivos. São eles: Mário Fernandes, general da reserva do Exército; Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF); Marcelo Câmara, coronel do Exército e ex-assessor de Bolsonaro; Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais de Bolsonaro; e Marília de Alencar,

Isac Nóbrega/PR



Mário Fernandes, general da reserva do Exército

PRF/Divulgação



Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal

Reprodução/Redes Sociais



Filipe Martins, ex-assessor de Assuntos Internacionais

Reprodução/Agência Senado e Redes Sociais



Marcelo Câmara, coronel do Exército e ex-assessor de Bolsonaro

Divulgação/CLDF



Marília de Alencar, ex-diretora do Ministério da Justiça

Condenados do grupo 2

Veja os integrantes do núcleo e as sentenças que receberam

- » **Mário Fernandes**, general da reserva do Exército: 26 anos e seis meses de prisão.
- » **Silvinei Vasques**, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal: 24 anos e seis meses de prisão.
- » **Marcelo Câmara**, coronel do Exército e ex-assessor de Bolsonaro: 21 anos de prisão.
- » **Filipe Martins**, ex-assessor de Assuntos Internacionais de Bolsonaro: 21 anos de prisão.
- » **Marília de Alencar**, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça: 8 anos e seis meses de prisão.

intitulado "Punhal Verde e Amarelo". Segundo a PGR, Marcelo Câmara realizou o monitoramento ilegal da rotina de Moraes. De acordo

com mensagens apreendidas no celular de Mauro Cid, delator e ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Câmara informou a Cid que o

ministro estaria em São Paulo e se referiu ao magistrado como "professora". O episódio ocorreu em dezembro de 2022.

Silvinei Vasques, ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), atuou para barrar o deslocamento de eleitores de Lula no segundo turno das eleições de 2022. Marília de Alencar, por sua vez, foi responsável pelo levantamento de dados que baseou as blitzes.

Em dezembro do ano passado, as defesas dos condenados negaram as acusações.

O Supremo já condenou 29 réus pela participação na trama golpista. Atualmente, 20 presos estão em regime fechado.

O ex-presidente Jair Bolsonaro, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno

e a ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça Marília de Alencar cumprem prisão domiciliar.

Os militares do Exército Márcio Nunes de Resende Júnior e Ronald Ferreira de Araújo Júnior assinaram acordos com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e não foram presos. Eles receberam penas de 3 anos e cinco meses e um ano e onze meses de prisão, respectivamente.

Mauro Cid, ex-ajudante de Bolsonaro, assinou acordo de delação premiada e já está em liberdade.

Três mandados de prisão não foram cumpridos. O deputado cassado Alexandre Ramagem; o presidente do Instituto Voto Legal, Carlos Cesar Moretzsohn Rocha; e o coronel do Exército Reginaldo Vieira de Abreu estão foragidos no exterior. (Com Agência Brasil)